

FLÁVIO HENRIQUE UNES PEREIRA

SANÇÕES DISCIPLINARES

O ALCANCE DO CONTROLE JURISDICIONAL

2ª edição revista, ampliada e atualizada

Belo Horizonte

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

2020

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Florianio de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovie Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

P436s Pereira, Flávio Henrique Unes
Sanções disciplinares: o alcance do controle jurisdicional / Flávio Henrique Unes Pereira. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

231p.
ISBN 978-65-5518-042-8

1. Direito disciplinar – Brasil. 2. Sanção – Brasil. 3. Controle jurisdicional. I. Título.

CDD: 341.3
CDD: 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

PEREIRA, Flávio Henrique Unes. *Sanções disciplinares: o alcance do controle jurisdicional*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 231p. ISBN 978-65-5518-042-8.

SUMÁRIO

PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO

Luciano Ferraz	15
-----------------------------	-----------

APRESENTAÇÃO

Carolina Zancaner Zockun, Fernanda Ghiuro Valentini Fritoli	19
--	-----------

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO	23
-------------------------	-----------

CAPÍTULO 2

MARCO TEÓRICO: TEORIA DA ADEQUABILIDADE

NORMATIVA	27
------------------------	-----------

2.1 Paradigmas de Estado	27
--------------------------------	----

2.1.1 Pré-modernidade	28
-----------------------------	----

2.1.2 Estado Liberal	30
----------------------------	----

2.1.3 Estado Social	31
---------------------------	----

2.1.4 Estado Democrático de Direito	32
---	----

2.2 Klaus Günther e a Teoria da Adequabilidade Normativa	34
--	----

2.3 A decisão correta ou adequada	39
---	----

2.4 O devido processo legal	42
-----------------------------------	----

CAPÍTULO 3

REGIME JURÍDICO DAS SANÇÕES

DISCIPLINARES	47
----------------------------	-----------

3.1 Sanção disciplinar	47
------------------------------	----

3.1.1 Conceito	47
----------------------	----

3.1.2 Finalidade	49
------------------------	----

3.2 A relação de especial sujeição	52
--	----

3.2.1 Relações de especial sujeição: casos específicos	55
--	----

3.3 Princípios fundamentais do regime jurídico disciplinar	60
--	----

3.3.1	Considerações iniciais	60
3.3.2	O princípio da legalidade administrativa.....	62
3.3.3	A reserva legal na relação de especial sujeição estabelecida entre o servidor público e o Estado	64
3.3.4	O princípio da tipicidade na relação de especial sujeição estabelecida entre o servidor público e o Estado	72
3.3.5	Princípio da culpabilidade.....	79
3.3.5.1	A jurisprudência acerca da culpabilidade em improbidade administrativa.....	85
3.3.6	Adequabilidade da sanção disciplinar.....	91
3.4	Estabilidade no serviço público	99

CAPÍTULO 4

DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA E

CONCEITOS JURÍDICOS INDETERMINADOS 101

4.1	Considerações gerais	102
4.2	Conceitos jurídicos indeterminados: conceitos de valor e conceitos de experiência.....	107
4.3	Conceito jurídico indeterminado e a Teoria da Adequabilidade Normativa.....	110

CAPÍTULO 5

CONTROLE JURISDICIONAL DAS SANÇÕES

DISCIPLINARES 121

5.1	A unicidade da jurisdição e o controle do ato sancionador.....	121
5.1.1	Precedente do Supremo Tribunal Federal: lições que merecem ser revisitadas.....	125
5.2	Exame de decisões judiciais recentes	133
5.2.1	Precedentes sobre discricionariedade administrativa e regime jurídico disciplinar.....	133
5.2.2	Precedentes sobre conceitos jurídicos indeterminados e regime jurídico disciplinar.....	144
5.2.3	Precedentes sobre devido processo legal	146
5.3	O controle das sanções disciplinares pela Justiça do Trabalho: análise comparativa	152
5.4	A especificação da sanção adequada pelo Poder Judiciário	156

5.5	O controle jurisdicional das sanções disciplinares no mandado de segurança	163
-----	--	-----

CAPÍTULO 6

O POSICIONAMENTO DO STJ A PARTIR DO MS

Nº 12.927/DF	171
6.1 Justificativa.....	171
6.2 A reviravolta provocada pelo MS nº 12.927: controle jurisdicional amplo sobre o ato que impõe sanção disciplinar.....	172
6.3 As decisões que retomaram a tese da limitação do controle jurisdicional sem qualquer discussão ou consideração sobre o MS nº 12.927/2007	174
6.4 Reflexão crítica a partir da teoria da “adequabilidade normativa”	177
6.5 Considerações finais	183

CAPÍTULO 7

CONCLUSÕES

REFERÊNCIAS

ANEXO A - ARTIGOS DA LEI Nº 8.112/90 RELATIVOS AO REGIME JURÍDICO DISCIPLINAR.....

ANEXO B - ÍNTEGRA DO ACÓRDÃO RELATIVO AOS EMBARGOS À APELAÇÃO Nº 7.307 –RELATÓRIO

217